
Feminismo Queer

Common Women, Uncommon Practices: The Queer Feminisms of Greenham

ROSENEIL, Sasha

Londres: Cassel, 2000, 340p.

No auge da Guerra Fria, os Estados Unidos instalaram uma base militar no Reino Unido. Greenham não era apenas uma base aérea de ocupação geográfica, mas uma área repleta de instalações nucleares apontadas para diversas cidades europeias, com especial interesse no contraste de forças com a antiga União Soviética. Eram os primeiros anos da década de 80, um tempo de amadurecimento e fortalecimento político dos movimentos sociais, especialmente do feminismo e das organizações pela paz e anti-militares. Foi a partir, por um lado, da resistência à militarização do Ocidente, especialmente pelo medo provocado pela possibilidade de uma guerra nuclear (reforçada por propagandas nacionalistas do governo britânico que instrua a população sobre como proceder em casos de ataque) e, por outro, da luta feminista, que se formou o grupo das "mulheres comuns" de Greenham, algo absolutamente original na história da luta feminista pela paz.

Tudo começou sem planejamento, como insistentemente lembra Sasha Rosenell em sua brilhante etnografia sobre as mulheres comuns de Greenham. Na esteira da tradição britânica de protesto sob a forma de caminhadas, um grupo de cinco mulheres teve a ideia de organizar uma marcha de nove dias, intitulada "Mulheres pela Vida na Terra", que teria como ponto de chegada a base militar de Greenham. As idealizadoras da caminhada agregaram-se as mais variadas pessoas, desde feministas com experiência de militância política e mulheres adeptas de diversas religiões (especialmente as quakers, pela tradição de luta pela paz) até alguns poucos homens. Ao final, trinta e nove pessoas completaram a

caminhada e, na falta de melhores opções, decidiram acampar em torno da base militar. Foi assim que nasceu o acampamento de protesto das mulheres comuns de Greenham, uma espécie de irmandade feminista aliada a um certo espírito maternal que dominava a caminhada, ou nas palavras de Rosenell: "a natureza da identificação da caminhada com as mulheres estava no trabalho e nas responsabilidades a elas associadas mais pela identidade de gênero do que por críticas ao feminismo. O discurso feminista não estava ausente, mas não ocupava um papel central ou mesmo uma posição dominante" (p. 46⁷). Ou seja, a permanência em Greenham não foi prevista como um ato de protesto e, como a etnografia sugere, poucas foram as ações planejadas das mulheres comuns, sendo essa desordem estrutural do movimento um dos aspectos mais fascinantes do relato.

Dentre as poucas regras que vigoraram em Greenham, a mais importante foi a de que o acampamento seria apenas de mulheres. Os homens que inicialmente realizaram a marcha tiveram que, mesmo a contragosto de alguns, se retirar do local. A permanência exclusiva de mulheres representou um verdadeiro divisor de águas no estabelecimento da política de resistência e identidade de Greenham: "foi somente depois da decisão de que somente mulheres iriam ficar que Greenham realmente começou a crescer em tamanho e a influenciar outras ações: outras mulheres foram atraídas para o campo" (p. 146). Eram mulheres convivendo apenas com mulheres. Mulheres que tinham no anarquismo, no socialismo, no pacifismo e no feminismo pontos-chave para a (des)organização social. Do anarquismo, as mulheres comuns retiraram a ausência de regras formais e de hierarquia; das bruxas, perseguidas na Idade Média, o misticismo e a coragem; do feminismo, a voz feminista de crítica e oposição às estruturas de opressão masculina. Rosenell aponta o feminismo, a bruxaria e o anarquismo como as origens míticas de Greenham, de onde as referências mínimas de consenso social foram retiradas.

O livro de Rosenell, como a própria autora sugere, é um misto de etnografia, biografia e teoria (p. 8). A autora viveu durante cerca de um ano no

campo de Greenham e parte importante de seus dados é resultado de sua experiência como uma mulher comum no acampamento. Foram realizadas entrevistas com 35 mulheres que viveram na base, e o livro é recheado de trechos dessas falas, especialmente sobre temas que a autora visivelmente apresenta dificuldades, mais existenciais que argumentativas, em abordar. Na verdade, a autora, em *Disarming Patriarchy: Feminism and Political Action at Greenham* (1995), já havia apresentado Greenham sob uma perspectiva sociológica e feminista de inspiração homossexual.

Entretanto, diferentemente do livro anterior, em *Common Women, Uncommon Practices*, Rosenell não mais considera que Greenham tenha sido um espaço de resistência política de mulheres lésbicas, ou seja, uma comunidade lésbica pela paz. A grande novidade teórica é que a autora revê seus dados, coletados entre 1989 e 1991, e sugere a ideia de que o feminismo desenvolvido em Greenham era do estilo *queer* e não apenas de inspiração lésbica: "Ao descrever Greenham como uma cultura do feminismo *queer*, busco resgatar a diversidade de vida das mulheres que estavam em Greenham e as transformações sofridas enquanto tais vidas eram construídas. Em um trabalho anterior, eu havia sugerido que Greenham era uma comunidade lésbica". A noção de comunidade lésbica é estática e hermética; ela sugere a ideia de uma comunidade de mulheres que já tenha estabelecido identidades lésbicas. Este não era o caso de Greenham" (p. 279).

O fato é que Rosenell resgata seus dados, sob a perspectiva pós-moderna das ciências sociais, saindo em busca da desordem social, ao contrário de toda a tradição clássica da antropologia britânica de etnografias sobre a ordem. Nessa revisão etnográfica, Greenham transforma-se no espaço liminar de subversão da ordem de gênero, onde a desestabilização das identidades sexuais das mulheres comuns toma-se a regra. Não há apenas mulheres lésbicas no acampamento: a diversidade de práticas e identidades sexuais está na mesma medida da liberdade que reinava em Greenham. O conceito de feminismo *queer*, um princípio sugerido por Steven Angelides no qual a autora busca inspiração, pressupõe, como um substantivo, a descrição do que está fora da normalidade heterossexual; mas também, como um adjetivo, aponta para o que é

estranho, excêntrico ou suspeito. Por essa polifonia de sentidos, Rosenell não hesita em apropriar-se do conceito para descrever a (des)estrutura social de Greenham. A política, a ética e a (des)organização de Greenham eram intensa e apaixonadamente *queer*, da mesma forma como a etnografia de Rosenell é inesperada na abordagem de alguns temas.

Rosenell foi, aos 16 anos, uma mulher comum de Greenham, isto é, uma das mulheres militantes da base. Lá permaneceu como *camper*, condição que lhe permitiu uma relação cotidiana mais intensa com o lugar. Dentre as categorias sugeridas para compreender o grau de envolvimento de cada mulher com o acampamento, a autora sugere uma tripartição do vínculo: *visitors*, aquelas que esporadicamente iam a Greenham, mas não moravam lá; *campers*, as que viviam no lugar; e *stayers*, aquelas que visitavam regularmente o acampamento, acabavam ficando por alguns dias, mas não moravam definitivamente. As razões pelas quais essas diferentes mulheres decidiam ir viver na base eram as mais variadas, havendo inclusive um certo viés religioso no encantamento, um tema não explorado por Rosenell na análise das entrevistas. A inexplicabilidade da atração por Greenham era recorrente entre as mulheres comuns, um dado que valeria um paralelo com organizações altamente estruturadas e regulamentadas, como os mosteiros ou conventos, mesmo que fosse apenas para ressaltar o contraste social entre os dois espaços. Entretanto, o fato mais curioso da etnografia é a distância descritiva que o texto assume em relação à própria biografia da autora como uma mulher comum de Greenham, praticamente não havendo referências em primeira pessoa, exceto no primeiro capítulo, uma espécie de introdução. Rosenell não é uma mulher comum apresentada por meio das entrevistas; ela é a autora do livro, e para tanto reveste-se da autoridade moderna de escritora. Por outro lado, no entanto, a narrativa é tão intensa que assemelha-se a um diário de memórias de Rosenell. Esse limite entre a análise etnográfica e as lembranças é tênue no texto, uma sutileza que imprime um certo tom saudosista à narrativa.

Outros temas poderiam ter sido explorados em *Common Women, Uncommon Practices*, uma vez que a abundância etnográfica do livro deixa espaço para certas perguntas. A primeira delas é sobre a relação entre a ação política pela paz (o capítulo oitavo, *Action Stories*, é valioso pelo

registro histórico da ações realizadas pelas mulheres) e a intensidade sexual existente no acampamento. Não restam dúvidas de que havia uma correlação íntima entre a sexualidade livre, e em certa medida desgovernada, de Greenham e as ações coletivas realizadas. Infelizmente o tema não é explorado em toda sua potencialidade. A sexualidade e a política se unem na narrativa para imprimir a identidade queer a Greenham, mas não como duas categorias conceituais mutuamente dependentes para a constituição do espaço de resistência política e liberdade sexual. Sexualidade e política são dois elementos intensos do livro, mas foram apartados pela narrativa, já que Rosenell não foi capaz de agregá-los e de demonstrar sua interdependência. Não eram mulheres quaisquer que lutavam contra a militarização, mas mulheres queer, isto é, mulheres capazes de desconstruir suas referências de gênero e suas práticas sexuais.

Common Women, Uncommon Practices merece ser lido não apenas pelo registro histórico e etnográfico de uma experiência inigualável do feminismo pela paz que foi Greenham, um tema ainda pouco explorado na abordagem da luta feminista como um todo, mas principalmente pela intensidade da narrativa de Rosenell, que ousa ultrapassar as fronteiras da teoria de gênero tradicional, avançando para campos ainda pouco explorados, tais como o do feminismo queer.

* Todas as citações do livro correspondem a traduções livres minhas.

DEBORA DINIZ ■

Voces desde las sombras

Historia de las mujeres en la Argentina. Colonia y siglo XIX

LOZANO, Fernanda Gil, PITA, Valeria y INI, María Gabriela (dir.)

Buenos Aires: Taurus, 2000. 314 p.

La aparición del primer volumen de esta colección, es un intento explícito de "no sólo hacer visibles a las mujeres dentro del territorio que conformó a la Argentina sino también de elevarlas a la categoría de sujetos dignos de la Historia." Y las autoras llevan su pretensión más allá, "esperando la conformación de una nueva y renovada *historia social argentina*, entendida como un relato global que, aunque heterogéneo y complejo, pueda dar cuenta de los diferentes sectores que formaron en el pasado a la sociedad argentina, sin

connotaciones androcéntricas ni prejuicios sexistas."

El libro está estructurado en tres ejes: *Encierros y sujeciones, Resistencias y luchas, Cuerpos y sexualidad*.

En el primero, los trabajos "La fama de la hechicera. La buena reputación femenina en un proceso criminal del siglo XVIII", de Judith Farberman, "Las madres indias también tienen corazón", de Juan Luis Hernández, "Las afroargentinas (1750-1880)", de Marta Goldberg, "Mujeres en la frontera", de Laura Malosetti Costa, y "Inferioridad jurídica y encierro doméstico", de Dora Barrancos, contradicen el sueño de "país blanco", mostrando como género es una categoría relacional que se imbrica y constituye a las de clase y etnia. Así, las indias acusadas de hechiceras son castigadas según su reputación, y a esta reputación se la cataloga como "buena" o "mala" dependiendo de su observancia de la fé católica, su independencia, su libertad sexual o de sus relaciones con su comunidad de pertenencia.

Los y las invisibles de la historia argentina